

V ° ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Recife 24-26 de Setembro de 2003

COMUNICAÇÃO

Áreas temáticas 3 ou 7: Economia Internacional ou Integração Económica

A União Europeia face à integração económica global: crise de identidade e cenários de evolução

António Mendonça*
amend@iseg.utl.pt

RESUMO

Neste trabalho faz-se um ponto da situação do processo de integração económica europeia tendo em mente um duplo objectivo. Por um lado, pretende-se identificar os factores que estão na base do esgotamento das dinâmicas que impulsionaram o desenvolvimento do processo de integração até aqui, conduzindo à situação actual que se pode caracterizar como de crise de identidade. Por outro lado, pretende-se construir, a partir da análise das tendências evidenciadas, os cenários possíveis de evolução do processo de integração europeia, dando especial ênfase ao desenho das modalidades de articulação das dinâmicas particulares de alargamento geográfico e de aprofundamento dos níveis de integração.

Dois cenários principais são considerados. O primeiro é o da Europa Continental e tem subjacente uma evolução privilegiando uma integração de base continental em detrimento dum abertura à integração económica global. O segundo é o da Europa Global e pressupõe uma abertura do processo de integração europeia às dinâmicas mais gerais da integração económica global. Neste segundo cenário as relações da Europa com a América latina e, em particular, o relacionamento Portugal-Brasil assumem uma importância fundamental.

PALAVRAS-CHAVE

Integração Económica. Globalização. União Europeia. Relações União Europeia-Mercosul. Relações Portugal-Brasil.

ABSTRACT

In this paper we discuss the present situation of the European economic integration aiming a double objective. First we try to identify the factors that produced the breakdown of the dynamics that have pushed the development of the integration process and led to the present identity crisis situation. Second we try to construct from the analysis of the detected trends the hypothetical evolution scenarios of the European integration process, giving special emphasis to the drawing of the different modalities of linkage between the two particular dynamics of geographical enlargement and levels of integration deepening.

Two fundamental scenarios are considered. The first one is the Continental Europe scenario and it implies an evolution that favours a continental based integration against an opening attitude to the global economic integration. The second scenario is the Global Europe and it implies the European economic integration process opening to the wider dynamics of the global economic integration. In this second scenario the Europe- South America relations and, in particular, the Portugal-Brazil relationship assume a fundamental importance.

KEY-WORDS

Economic Integration. Globalisation. European Union. European Union-Mercosur Relations. Portugal-Brazil Relations

* Professor Associado c/Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL). Investigador do CEDIN-Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional. Email: amend@iseg.utl.pt.

A União Europeia face à integração económica global: crise de identidade e cenários de evolução

1. Introdução

A União Europeia entrou o novo século com duas realizações importantes do ponto de vista do desenvolvimento do seu processo de integração. Em Janeiro de 2002, culminando um longo e complexo processo de criação de uma identidade monetária comum, o euro é introduzido na sua forma plena de notas e moedas, depois de ter existido quatro anos sob a forma física das moedas que lhe deram substância. Por sua vez, em Maio de 2004, dez novos países, predominantemente do centro e leste da Europa, passarão a fazer parte do grupo de países da União, elevando para vinte e cinco o número total de membros.

Aprofundamento dos níveis de integração e alargamento geográfico tem constituído até agora o binómio de forças dinamizadoras do processo de integração europeia, levando o núcleo fundador a evoluir de uma simples integração sectorial, visando objectivos específicos de controle de indústrias estratégicas da Alemanha do pós-guerra, como era a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), para a união monetária dos nossos dias, com objectivos que perspectivam a integração política e a criação de uma identidade europeia própria no concerto internacional; e de um grupo inicial de seis países, pertencentes à Europa do Oeste democrática de então, para o grupo actual de vinte e cinco, num processo que tende a estender o espaço da integração ao espaço geográfico do continente europeu.

A acção deste binómio de forças parece, no entanto, ter chegado a um patamar de esgotamento, deixando de impulsionar progressos paralelos e partilhados de aprofundamento e alargamento. Com efeito, o avanço para a moeda única não foi partilhado pelo Reino Unido, pela Dinamarca e pela Suécia, e o recente alargamento também não significou a adesão à zona-euro, criando-se objectivamente uma situação de "Europa a duas velocidades", para só falar da vertente monetária, cuja evolução ainda está longe de se decidir. Paradoxalmente, aquilo que seria uma expressão da força do processo de integração europeia trouxe, também, consigo factores adicionais de instabilidade que configuram uma situação de crise de identidade do projecto de integração europeia cujo desfecho é, por enquanto, difícil de antever.

Neste trabalho pretende-se, precisamente, fazer um ponto da situação do processo de integração europeia tendo em mente um duplo objectivo. Por um lado, pretende-se identificar os factores que estão na base do esgotamento das dinâmicas que impulsionaram o desenvolvimento do processo de integração até aqui, conduzindo à

actual situação de crise de identidade. Por outro lado, pretende-se construir, a partir da análise das tendências evidenciadas, os cenários possíveis de evolução do processo de integração europeia, dando especial ênfase ao desenho das modalidades de articulação das dinâmicas particulares de alargamento geográfico e de aprofundamento dos níveis de integração.

Com este objectivo organizamos a exposição em cinco pontos fundamentais, para além desta introdução. Num primeiro caracteriza-se o a evolução do processo de integração europeia, desde as origens até aos nossos dias, procurando por em evidência o papel do binómio *alargamento comunitário-integração includente ou uniforme*. Num segundo ponto discutem-se os factores que conduziram à situação actual de crise de identidade do projecto europeu de integração. Num terceiro discutem-se os cenários de saída da crise e de evolução do processo de integração europeia, emergindo nesta discussão as alternativas de *Europa Continental* e de *Europa Global*. Num quarto discute-se o posicionamento da Europa no contexto do processo mais vasto de integração económica global, pondo-se em relevo a importância da assunção da *abertura atlântica* e da evolução para o cenário de Europa Global. Num quinto ponto, discute-se a importância, no contexto da afirmação do cenário de Europa Global, das relações com a América Latina e o papel que, no quadro destas relações, poderá caber ao relacionamento estratégico entre Portugal e o Brasil. A exposição comporta, ainda, um ponto final de notas adicionais e de conclusões.

2. A evolução do processo de integração europeia: o binómio *alargamento – integração includente ou uniforme*.

Desde o seu início até aos nossos dias, o processo de integração europeia tem sido o resultado da conjugação de duas dinâmicas particulares.

Por um lado, afirmou-se uma dinâmica de alargamento territorial com a junção de novas levas de países europeus ao núcleo fundador - neste momento está em curso, como se sabe, o quinto alargamento com a incorporação de oito países do centro e do leste da Europa mais as ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta. É um processo que tem decorrido, como seria de esperar, numa base de extensão geográfica de base continental europeia embora exista, actualmente, a perspectiva de ultrapassar estes limites com a candidatura da Turquia e até de Israel.

Por outro lado, afirmou-se uma dinâmica de aprofundamento dos níveis de integração, tendo-se evoluído das primeiras formas de integração sectorial para a forma actual de União Económica e Monetária, abrindo-se ainda a perspectiva de avançar para formas qualitativamente superiores de integração política.

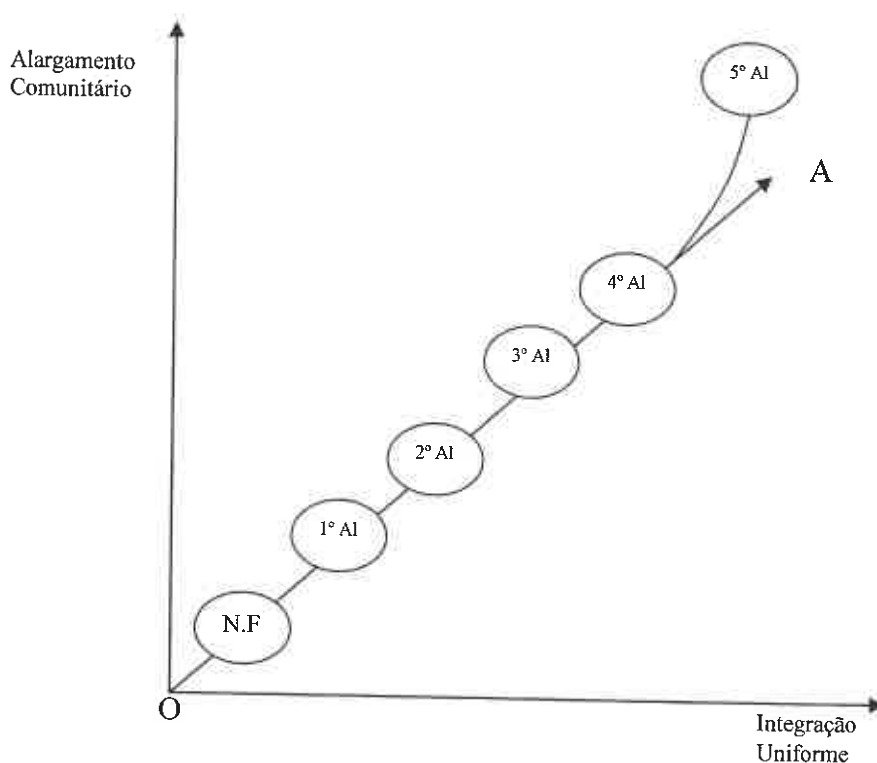
Até agora, a resultante destas dinâmicas traduziu-se num avanço em conjunto dos países-membros para patamares superiores de integração, não tendo tido consequências significativas a manifestação de forças centrífugas que defendem a ideia da “Europa a várias velocidades”. A perspectiva dominante tem sido a da *integração includente ou*

uniforme por oposição a uma perspectiva de *integração excludente ou multiforme*, isto, não obstante a auto-exclusão do Reino Unido, da Dinamarca e da Suécia da Zona-euro poder prenunciar a chegada a uma fase crítica do processo de integração Europeia, tal como evoluiu até aqui.

Podemos compreender melhor a conjugação das dinâmicas referidas recorrendo a um sistema de eixos, tal como é feito na Fig.1.

Fig. 1

Evolução do processo de integração europeia



Em abcissa representamos a dinâmica da integração includente, ou uniforme. Em ordenada a dinâmica de alargamento continental. A linha OA é a bissectriz do quadrante e representa o processo de integração europeia que conjuga dinâmicas positivas e de força idêntica, de alargamento e de aprofundamento. Isto é, progredir ao longo da

bissectriz significa que se avança simultâneamente no alargamento do espaço geográfico da União e no aprofundamento dos seus níveis de integração.

Não obstante a existência de um “trade-off” entre alargamento e aprofundamento, o desenvolvimento do processo de integração europeia tem seguido uma trajectória que se pode considerar próxima da linha que representa a bissectriz do quadrante: N.F. representa o núcleo fundador do processo de integração; seguem-se os alargamentos do 1º ao 5º (A1). A atenuar a importância do “trade-off” têm estado os sucessivos apoios a programas de convergência económica dos novos membros nas fases de pré e pós-adesão.

3. A crise de identidade do projecto de integração europeia.

Coincidindo com o lançamento do projecto de união monetária, parece ter-se entrado, no entanto, numa fase em que o “trade-off” se fez sentir com maior força, tornando-se mais problemático conseguir novos progressos significativos no aprofundamento dos níveis de integração. Esta dificuldade acrescida pode representar-se, no nosso referencial de eixos, por um afastamento, para cima da bissectriz, da curva que representa a evolução do processo de integração europeia, podendo, inclusive, esta curva tornar-se vertical na hipótese de se verificar a impossibilidade de avançar para níveis superiores de integração ou, até, inflectir para uma inclinação negativa, caso se considere um alargamento sem partilha completa dos níveis já alcançados de integração. Este parece ser o caso da actual fase em que se encontra o processo de integração europeia

Vários factores terão contribuído para isso.

Em primeiro lugar, a auto-exclusão da zona-euro Reino Unido, da Dinamarca e da Suécia vem instituir, objectivamente, a Europa a diferentes velocidades quebrando-se o princípio de inclusão e uniformidade na evolução do processo de integração. Aliás, a quebra deste princípio está consagrada no próprio projecto de unificação monetária europeia a partir do momento em que faz depender a participação na zona-euro do preenchimento prévio de um conjunto de critérios. Isto implica, não apenas a separação da adesão à União Europeia da participação na zona-euro, como acontece com o alargamento em curso, como também a possibilidade de se verificar uma regressão no nível de integração, na medida em que se prevê a exclusão desta mesma zona-euro no caso de não serem cumpridos os princípios e as regras acordadas, tal como as que decorrem da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em segundo lugar, quer o actual alargamento, quer aqueles que se perspectivam, na medida em que dizem respeito a países mais afastados da média da União em matéria de desenvolvimento económico e dadas as maiores dificuldades actuais em assegurar as transferências financeiras que seriam necessárias para assegurar uma mais rápida convergência, vão ampliar substancialmente as assimetrias da zona reforçando, deste modo, a lógica da integração excludente ou multiforme.

Em terceiro lugar, a maior dimensão e diversidade da zona potencia as condições para a afirmação de forças centrífugas, seja em resultado da acção dos países que querem avançar mais rapidamente no processo de integração, seja em resultado da acção daqueles que se sentem mais afastados ou marginalizados dos centros de decisão. A dificuldade em se chegar a uma plataforma de entendimento no âmbito da Convenção Europeia que permita avanços significativos em direcção à integração política, as divergências internas face à crise do Iraque, o ressurgimento em força do eixo franco-alemão no lançamento de novas iniciativas, designadamente no âmbito da Política externa e de Defesa Comum (PESC), a tendência actual para a constituição de blocos de defesa de interesses comuns dentro da União, a postura claramente autónoma do Reino Unido, tudo isto são situações que configuram um estado de crise que põe em causa a continuação do processo de integração europeia nos moldes em que vinha decorrendo.

Analisando mais de perto a situação poder-nos-emos interrogar se o processo de integração europeia continua ser o resultado das duas dinâmicas anteriormente referidas ou se já estará a ser condicionado por dinâmicas distintas. A separação do espaço da União Europeia da zona-euro veio já pôr em causa a dinâmica da integração uniforme abrindo, claramente, para uma dinâmica oposta de *integração excludente* ou *multiforme*. Recorrendo à representação gráfica, a curva de evolução do processo de integração europeia teria ultrapassado a condição de verticalidade para sofrer uma inflexão, passando de declive positivo a negativo. Ou seja, a configuração geográfica actual e a sua evolução previsível teriam deixado de ser compatíveis com uma evolução para níveis de integração comuns mais aprofundados, favorecendo uma dinâmica de integração multiforme. Não está excluída a passagem a níveis superiores de integração mas esta passagem terá tendência a ser menos partilhada pela generalidade dos países-membros. Não é de excluir, inclusive, uma certa regressão neste plano, prevista, aliás, no próprio quadro de exigências para a participação na zona-euro.

Precisando um pouco mais a resposta à questão colocada, diríamos que a situação actual do processo de integração europeia configura uma nova fase em que se assiste ao esgotamento das dinâmicas originais que o impulsionaram e lhe deram forma, e à emergência de novas dinâmicas que, por enquanto, ainda não encontraram uma expressão clara em termos de novas opções estratégicas. Em certo sentido, poder-se-á mesmo falar de uma fase de crise de identidade do projecto de integração europeia, crise esta que, existindo já, de forma latente, na definição do projecto que conduziu à moeda única, acabou por se manifestar de forma mais aberta na sequência das modificações políticas e económicas do centro e do leste da Europa e da conseqüente reunificação alemã. Esta crise de identidade manifesta-se, entre outras formas, numa falta de clarificação de novos objectivos, adequados à situação actual da Europa, que é muito diferente daquela que originou e deu sentido ao processo de integração europeia; numa ausência de estratégia relativamente ao posicionamento económico e político da Europa no mundo, ele próprio em processo de integração acelerada que dá pelo nome de globalização; e numa indefinição relativamente ao modelo de evolução para patamares superiores de integração política.

4. Cenários de evolução da integração europeia: Europa Continental *versus* Europa Global.

Faz sentido assim, neste contexto, discutir de que forma a Europa poderá ultrapassar as suas actuais limitações e reencontrar um novo posicionamento face às tendências mais gerais que atravessam a economia mundial e que claramente favorecem o aparecimento de novos espaços e modalidades de integração, de expressão cada vez mais global, e que não deixam de entrar em contradição, inclusive, com os processos de integração de expressão regional, de que a União Europeia é o exemplo maior.

Tentando descortinar as forças em presença é possível conceber dois grandes cenários alternativos de evolução do processo de integração europeia, cada um deles podendo comportar diversos sub-cenários ou mesmo variantes.

Um primeiro cenário aponta para a “evolução na continuidade”. É um cenário que não implica uma ruptura com o modo como o processo de integração se tem desenvolvido até aqui mas apenas ajustamentos na estrutura de poder interno da União e na estratégia de integração. Continuará a existir um processo de alargamento de base geográfica continental, com incorporação progressiva dos restantes países europeus que ainda não fazem parte da União Europeia, eventualmente com algumas extensões para lá da fronteira asiática da Europa.

No plano do aprofundamento dos níveis de integração este cenário comporta a passagem a uma nova fase de *integração excludente* ou *multiforme*. Ou seja, a tendência seria para a constituição de um núcleo duro, de hegemonia alemã ou franco-alemã, que determinaria o ritmo do processo e fixaria as regras de participação dos restantes países. A probabilidade de se verificarem exclusões deve ser considerada como forte.

Neste cenário, a União Europeia sofreria um recentramento para leste, perdendo totalmente sentido o conceito de Europa Ocidental que serviu de referência, até agora, ao projecto de integração europeia. Isto implicaria, naturalmente, uma diluição de referências e de objectivos comuns, ao mesmo tempo que uma periferização acrescida dos países que se situam na fronteira sul atlântica da Europa de que Portugal é caso extremo. É um cenário que faria coincidir os interesses do centro hegemónico com os interesses da Europa no seu conjunto, desvalorizando os interesses dos demais países, com a consequente e progressiva afirmação de uma Europa centrada em si própria e tendencialmente resistente à abertura do seu projecto de integração a outras áreas geográficas. É, ainda, um cenário em que se evoluiria para formas superiores de unificação política, ainda que não partilhadas por todos os países.

Um segundo cenário é um cenário de ruptura e implica uma reconsideração do projecto de integração europeia numa perspectiva de projecção da Europa no mundo a partir da valorização e reforço das relações históricas que os europeus criaram no seu processo de expansão pelo Oceano Atlântico.

Neste cenário, o alargamento territorial do espaço da União ficaria subordinado à consolidação da zona-euro e a moeda única europeia seria um instrumento de fortalecimento das relações económicas dos países europeus com os seus espaços tradicionais de influência fora da Europa, através da consolidação e diversificação de experiências de cooperação como a do franco CFA ou a do acordo de cooperação cambial entre Portugal e Cabo Verde. É um cenário em que a abertura do processo de integração europeia a outros espaços geográficos seria privilegiada, designadamente através da constituição de zonas de comércio livre, de acordos de cooperação económica e da criação de espaços de cooperação política.

Como é fácil de depreender, este cenário não pressupõe a existência de um centro político-económico hegemónico mas uma grande autonomia dos diferentes países que constituem a União, no sentido de recriarem os seus próprios espaços de integração, pelo que o objectivo de unificação política europeia deveria naturalmente ser encarado, numa perspectiva minimalista e pragmática. Neste caso não se verificaria uma hegemonização dos interesses da Europa por parte de um núcleo restrito de países, mas a construção de um interesse global a partir da integração dos diferentes interesses estratégicos dos países que integram a União.

A limitação da integração política não é incompatível com níveis superiores de integração económica. Na verdade, a consolidação da zona-euro e a sua utilização como âncora de abertura da Europa ao mundo exige o aprofundamento dos níveis de integração económica, designadamente em matéria orçamental e no plano da condução das políticas macro-económicas em geral.

Este segundo cenário que designaríamos de “Abertura Atlântica” por contraponto ao primeiro cenário de “Alargamento Continental”, estará mais ajustado às actuais tendências de integração económica internacional que apontam para a constituição de blocos de vocação mais global que não deixam de entrar em contradição com as dinâmicas, até agora predominantes, de integração regional. Este parece ser o caso, aliás, do bloco anglo-saxónico, constituído pelo Reino Unido, pelos Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, onde factores de proximidade histórica, cultural e linguística parecem estar a potenciar a construção de um posicionamento comum no contexto da integração económica global que se vem desenvolvendo.

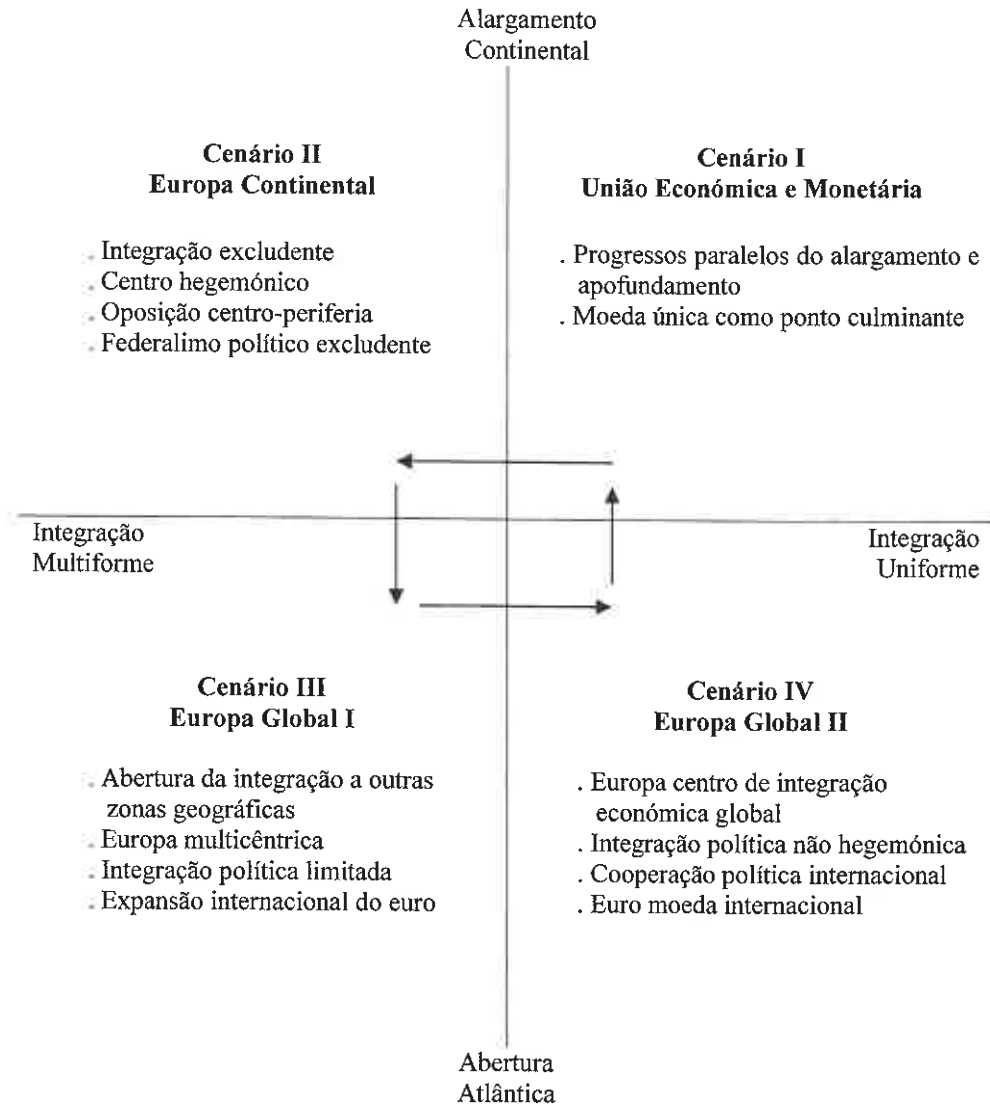
Este é, ainda, um cenário que implica uma valorização da posição de países que hoje se considera estarem na periferia dos interesses europeus, como é o caso de Portugal e da Espanha. São países cuja identidade se afirmou na construção de realidades que ultrapassaram os limites geográficos da Europa e a posição mais marginal que hoje ocupam no contexto da integração europeia, sobretudo em consequência do alargamento ao centro e leste da Europa, poderia vir a transformar-se em central no contexto da abertura atlântica que configuraria uma “Europa Global” por oposição a uma “Europa Continental” que decorre do primeiro cenário.

5. A evolução do cenário de Europa Global

Podemos recorrer uma vez mais ao referencial de eixos cartesianos para sistematizar a discussão efectuada sobre os possíveis cenários de saída da actual crise de identidade por que passa o projecto de integração europeia. Desta vez utilizaremos o referencial completo, com os seus quatro quadrantes, cada um configurando uma situação particular de evolução do processo de integração na Europa (Fig. 2).

Fig.2

Cenários de evolução do processo de integração europeia



No eixo vertical representamos o processo de alargamento do espaço de integração. Duas estratégias opostas estão consideradas: a estratégia do alargamento continental, seguida até aqui, representada na metade superior do eixo; e a estratégia da abertura atlântica, representada na metade inferior do eixo. Importa referir que a opção pela abertura atlântica não implica, necessariamente, regredir nos limites do espaço da União

actualmente fixados mas, apenas, uma mudança em termos de estratégia: a prioridade passa a ser dada à abertura para fora do espaço europeu.

No eixo horizontal, por sua vez, representamos o processo de aprofundamento dos níveis de integração. Na metade direita do eixo representamos o processo de integração includente ou uniforme. Na metade esquerda do eixo representamos o processo de integração excludente ou multiforme. Também neste caso evoluir para um processo de integração excludente ou multiforme não significa, necessariamente, regredir nos níveis de integração conjunta já alcançados, mas sim que se avança de forma diferente para níveis superiores.

Conjugando as dinâmicas aí representadas, duas a duas, vemos surgir os cenários discutidos anteriormente.

No primeiro quadrante aparece o cenário da “União Económica e Monetária”, resultante da acção do binómio “alargamento continental-integração uniforme ou includente”. É o cenário que melhor se ajusta à evolução do processo de integração europeia até à criação do euro. É, também, o cenário dentro do qual se produz a crise de identidade do projecto de integração europeia a partir do esgotamento da conjugação das forças que compõem o binómio.

No segundo quadrante conjugam-se as forças do binómio “alargamento continental-integração excludente ou multiforme para fazer surgir o cenário da “Europa Continental”. É o cenário da “evolução na continuidade”. Representa a saída da crise pela afirmação das tendências actuais de alargamento de base continental com hegemonia do centro alemão ou franco-alemão. É, por sua vez, o cenário da “Europa a diferentes velocidades” com tendência para a constituição de uma oposição “centro-periferia” no interior da União.

No terceiro quadrante exprimem-se as forças do binómio “abertura atlântica-integração multiforme ou excludente”, fazendo surgir o cenário da “Europa Global”. Representa a abertura do processo de integração europeia a outras áreas geográficas, no contexto de uma Europa multicêntrica e plural no plano da integração política. É um cenário que pressupõe uma internacionalização activa do euro como âncora fundamental do próprio processo de abertura da União Europeia.

Finalmente, no quarto quadrante, conjugam-se as forças do binómio “abertura atlântica-integração uniforme ou includente” para dar expressão a uma fase superior de desenvolvimento do cenário da “Europa Global”. A Europa consegue afirmar-se como “centro” da integração económica global; o euro exerce o papel de moeda internacional afirmando-se como referência para outras moedas ou zonas monetárias exteriores à Europa.

A grande diferença em relação ao cenário do terceiro quadrante reside na evolução para uma integração política da União Europeia ajustada à estratégia de “abertura atlântica”, pressupondo a não hegemonização de qualquer país ou bloco mas a produção

de um interesse comum, ao mesmo tempo que a abertura à constituição de espaços de cooperação política internacional tendo por base as relações de integração e de cooperação económica estabelecidas com o exterior.

Vistos de forma dinâmica, estes quatro cenários podem ser considerados ainda como fases da evolução do processo de integração europeia: uma fase de desenvolvimento que conduziu à União Económica e Monetária; uma fase de esgotamento das forças impulsionadoras originais e de crise de identidade do projecto de integração que conduziu à perspectiva da “Europa Continental”; uma fase de redefinição estratégica conduzindo à “abertura atlântica”; e, por fim, uma quarta fase que poderá dar lugar à afirmação de uma “Europa Global”, aberta ao mundo e impulsionadora da integração económica internacional. Esta evolução está representada no referencial de eixos pelas setas que indicam o movimento do primeiro para o quarto quadrante.

6. Abertura atlântica e relações com a América Latina

Do que atrás foi dito é fácil compreender a importância que a América Latina poderá ter no relacionamento externo da União Europeia. Com efeito, dois países que hoje ocupam uma posição periférica no contexto da integração europeia ganham uma nova dimensão se os considerarmos como eixos de abertura atlântica da Europa. Referimo-nos, como é óbvio, a Portugal e à Espanha.

Já hoje as relações económicas da União Europeia com os diferentes países da América Latina têm uma importância assinalável e nos últimos anos assistiu-se mesmo a uma intensificação destas relações, ocupando o Brasil, pela sua dimensão e pelo seu potencial de crescimento um lugar estratégico. Com efeito, uma parte significativa do crescimento do comércio e do investimento internacional ficou a dever-se ao dinamismo económico e às transformações estruturais que entretanto se verificaram na zona, sendo a União Europeia um das zonas económicas que mais benefícios tirou.

O nível e a qualidade do relacionamento está, no entanto, muito aquém do seu potencial e isto é válido tanto no que diz respeito ao interesse europeu quanto ao interesse dos países que constituem a América Latina.

De imediato é necessário colocar algumas reservas sobre o conceito de América Latina, se ele, na realidade traduz uma identidade própria e uma consciência assumida dos países da zona ou se, pelo contrário, não passa de uma designação genérica sem substância. Se olharmos do ponto de vista da história, da cultura, da língua é inegável que encontramos como referência fundadora a matriz europeia latina que se fundiu mais ou menos, conforme as situações, com as matrizes indígenas, africanas e, ainda de outras origens. No entanto, não é líquido que isto, só por si, constitua um denominador comum suficientemente forte para constituir uma base de interesses que alimente um posicionamento estratégico comum. As relações económicas internas à zona têm uma densidade fraca, a abertura das economias é, sobretudo, virada para o exterior e as experiências de integração não têm dado os resultados que se desejavam. Isto, em parte,

deve-se à grande diversidade das estruturas económicas dos diferentes países e ao modo como ao longo dos tempos se processou a sua articulação internacional.

Por outro lado, é de ter presente a grande diferença que existe entre o Brasil e o conjunto dos países da zona. Em primeiro lugar é de destacar a dimensão e a diversidade económica do Brasil, quando comparada com a dos outros países, mas também não será de desprezar o facto de o Brasil ser o único país da zona a ter uma matriz identitária com origem em Portugal e mais diversificada do ponto de vista das outras influências constituintes. Não será só por acaso que o Brasil se manteve unido, após o seu processo de independência, enquanto que o mesmo não aconteceu com as antigas colónias espanholas. Estas diferenças não deixarão de ter pesado na incapacidade demonstrada pelos países da zona de criarem estruturas de integração suficientemente sólidas para constituírem um factor de progresso interno e uma base de afirmação externa comum.

Não obstante a evolução positiva que se verificou nos últimos anos, designadamente com a criação do Mercosul e a vontade de construir uma realidade económica nova e mais integrada com base no núcleo fundador, constituído pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, a realidade apresenta-se, ainda, incerta relativamente aos desenvolvimentos que terá. Por um lado, a conjuntura actual de crise evidenciou as diferenças que existem entre as estruturas e os ciclos económicos destes países. Por outro lado, as pressões no sentido de transformar a ALCA na grande estrutura de cooperação económica das Américas não deixaram de dificultar as acções no sentido de reforçar a solidariedade interna do grupo e de projectar novos passos no sentido do aprofundamento dos níveis de integração, designadamente em direcção a uma União Económica e Monetária.

Em certo sentido podemos dizer que, à semelhança do que se passa com a União Europeia, o Mercosul atravessa também uma crise de identidade que tem por base a incerteza relativamente ao modo como se desenvolverá o binómio alargamento regional-aprofundamento dos níveis de integração. Diluir-se-á o Mercosul na ALCA? Evoluirá para uma simples zona de comércio livre ou transformar-se-á numa união económica e monetária? Afirmar-se-á como uma realidade autónoma face aos Estados Unidos ou integrará uma zona económica ampla das Américas hegemónizada por este país? Eis as questões para as quais ainda não existem respostas seguras.

Tal como defendemos a abertura atlântica para a União Europeia julgamos que da parte do Mercosul, se quiser afirmar-se como polo aglutinador regional e projectar-se na dinâmica da integração económica global, haverá também interesse em abrir-se ao atlântico e valorizar as relações históricas comuns com a Europa. É do interesse dos dois blocos aprofundarem as dinâmicas de relacionamento comum de maneira a construírem uma realidade superior em que se transcendam nas suas limitações e se potenciarem nos seus recursos e capacidades próprias.

De acordo com a discussão anterior julgamos existiram dois níveis fundamentais de promover o relacionamento comum.

Um primeiro nível é o do relacionamento institucional entre blocos. Entre a União Europeia e o Mercosul devem ser prosseguidos todos os esforços no sentido de alargar os espaços de cooperação económica, no seu sentido mais amplo, criando uma zona de comércio livre e de mobilidade acrescida de capitais, intensificando a cooperação científica e tecnológica, promovendo o intercâmbio cultural, a circulação de estudantes e professores. Esta relacionamento deveria ter, inclusive, uma expressão institucional própria que deveria passar pela elaboração de um Tratado de cooperação de longo prazo e a criação de uma comissão mista permanente de dinamização das relações entre os dois blocos.

Um segundo nível de cooperação é o do relacionamento entre os países que integram os dois blocos regionais e que, do lado da União Europeia passam, em primeiro lugar, por Portugal e pela Espanha. E talvez seja a este nível que o potencial de cooperação esteja mais por explorar não obstante as redescobertas mútuas que se realizaram nos últimos anos, talvez mais por acção das forças da integração económica global do que por iniciativa estratégica bilateral nesse sentido.

Do nosso ponto de vista, julgamos ser possível alicerçar a cooperação entre a União Europeia e a América Latina na valorização dos dois espaços culturais e linguísticos transatlânticos e de vocação global que são o mundo lusófono e o mundo hispânico. Estes dois espaços poderão, inclusive, constituir a base da criação de novas realidades transnacionais que permitam dar corpo à ideia de Europa Global e, simultaneamente, dar sentido, no contexto actual, ao projecto de integração regional que é o Mercosul.

Queremos aqui, sobretudo, focar o potencial das relações internas ao espaço lusófono já que é nesse espaço que nos movemos mais facilmente e será também nele, pelo facto de dizer apenas respeito a dois países com um relacionamento histórico muito particular, que mais facilmente se poderá construir uma expressão concreta do que poderá ser uma nova perspectiva do relacionamento económico e político da Europa com a América Latina.

A ideia que defendemos é muito simples, embora a sua concretização encontre numerosos obstáculos que vão dos preconceitos de carácter nacionalista à visão regionalista ainda dominante dos projectos voluntaristas de integração económica, nos quais se incluem quer a União Europeia quer o Mercosul. E resume-se a isto: Portugal e Brasil devem lançar as bases de uma Comunidade Económica e Política Lusófona, que aproveite o posicionamento geoestratégico de cada um dos países, que valorize a importância de cada um deles no respectivo bloco regional e que simultaneamente constitua uma plataforma de projecção comum na dinâmica de integração global que hoje se afirma.

Portugal, como é sabido, abriu no século XVI, na sequência da sua expansão ultramarina, o caminho para o desenvolvimento do processo moderno de globalização que levou à formação da economia mundial actual. Deste processo resultou, também, uma realidade global particular, que se estende por cinco continentes, mobiliza mais de

200 milhões de pessoas, representa uma riqueza e um potencial económico elevados e dispõe de um bem comum notável que é a língua portuguesa. É tempo de dar conteúdo material substantivo à ideia de mundo lusófono que encontra, naturalmente, no Brasil e em Portugal, os seus alicerces fundamentais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode, a todos os títulos, ser considerada como uma concretização embrionária desta ideia. No entanto ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de consciencializar os seus membros da importância de se empenharem no projecto e de avançarem para patamares superiores de cooperação económica e política.

7. Notas finais

A introdução do euro e o alargamento em curso aos países do centro e do leste da Europa vieram colocar à Europa novos desafios do ponto de vista do prosseguimento do seu processo de integração económica. Ou bem que a Europa é capaz de reforçar a sua coesão interna e, simultaneamente, projectar-se na dinâmica mais geral da integração económica global em curso, ou bem que se confronta com riscos acrescidos de dinâmicas internas centrífugas que a mais ou menos curto prazo poderão por em causa o processo de integração, tal como se perspectivou até aqui.

No primeiro caso a Europa terá de abrir-se ao mundo e partilhar com ele os resultados obtidos com o seu próprio processo de integração. O euro poderá ser, nesta perspectiva, um instrumento fundamental de reforço do posicionamento geoestratégico da Europa e uma alternativa à ancoragem de outros países de outras zonas económicas nos seus processos de integração regional e de inserção na economia internacional. Esta é a perspectiva que decorre da realização do cenário da Europa Global que conjuga uma dinâmica de abertura atlântica, impulsionada pelos países que historicamente foram responsáveis pela abertura da Europa ao mundo através do oceano atlântico, com a recuperação de uma dinâmica de integração uniforme, se bem que minimalista no plano da integração política.

A alternativa à perspectiva de evolução que decorre da realização do cenário da Europa Global é dada pelo cenário da Europa Continental. Neste caso a perspectiva que se abre é a da conjugação de uma dinâmica que privilegia o alargamento de base continental, com deslocamento progressivo do centro económico e político europeu para leste, com uma dinâmica de aprofundamento dos níveis de integração, que tenderá a ser excludente ou multiforme, com o conseqüente reforço das oposições internas entre um “centro” progressivamente hegemónico pelo eixo alemão ou franco-alemão e uma “periferia” ou “periferias”, nas quais se incluirão os países que não participarem nos patamares mais avançados de integração. O euro tenderá a ser, nesta situação, mais um instrumento de afirmação de hegemonias económicas e políticas internas e menos um instrumento de afirmação conjunta, e de cada país membro da União Europeia, no espaço mais alargado da integração económica global que hoje se desenvolve.

Seja qual for a evolução que se verifique a nível do processo de integração na Europa, é um facto que hoje se evidencia a necessidade de progredir em direcção a espaços mais alargados de integração, que articulem experiências regionais em curso, e que conjuntamente se integrem de forma mais activa nas dinâmicas em curso de integração económica e política global. Estas experiências poderão, inclusive, constituir uma nova e mais sólida base de reorganização do sistema actual de relações internacionais e das suas instituições numa direcção mais conforme com as necessidades de crescimento económico sustentado e equilibrado à escala internacional.

Neste contexto particular existe um enorme potencial por explorar nas relações económicas e políticas da Europa com a América Latina, sobretudo por intermédio dos países que aí deixaram as suas marcas de identidade cultural e linguística, como é o caso de Portugal e da Espanha. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa poderá desempenhar nesta perspectiva um papel pioneiro na criação de um espaço de integração económica e política global que permita aos países que a integram transcenderem-se nas suas limitações, ganharem uma importância acrescida nos seus próprios espaços regionais de integração, e ao mesmo tempo contribuirem para um reforço da projecção comum destes espaços nas dinâmicas globais de integração que hoje se afirmam.

5. Referências

- ALBUQUERQUE, R.C. e ROMÃO, A. (2000) (edit.); *Brasil-Portugal: desenvolvimento e cooperação. O diálogo dos 500 anos.* Rio de Janeiro: EMC.
- ECB (2002); *Review of the international role of the euro*, Dezembro.
- MONGELLI, F.P. (2002); “New” views on the optimum currency area theory: what is EMU telling us? ECB, W.P. n° 138.
- EICHENGREEN, B. (1998); “Does Mercosur need a single currency?” Comunicação à Conferência “ALCA e o Mercosul: a economia brasileira e o processo de integração sub-regional e hemisférica”, Brasília. 5-6 de Outubro.
- JONES, E. (2002); “The politics of Europe 2001: Adversity and Persistence”, *Industrial Relations Journal*, 33:5, Dezembro.
- LELLART, M. (2002); *La zone euro et la monnaie unique face à l’élargissement de l’union européenne*, Laboratoire d’économie d’Orléans, Doc. Recherche 2002-23.
- MACEDO, J.B. e outros (edit.) (2002); *Development is back*, Development Centre Studies, Paris: OECD.
- “A “Eurocentric” Perspective on Global Governance”, comunicação ao Seminário *Democracia e Governança na UE*, Universidade Católica, Lisboa, 18/10/2002.

- MENDONÇA, A. (2000); “Sobre a participação de Portugal na União Europeia e o Mundo Lusófono como espaço económico”, in *Brasil Portugal: desenvolvimento e cooperação. O diálogo dos 500 anos*/ organizadores, Roberto Cavalcanti de Albuquerque (Brasil) e António Romão (Portugal). Rio de Janeiro: EMC.
- (1998); *Economia Financeira Internacional*, Lisboa: McGraw-Hill.
 - (1994); *O sistema monetário europeu: passado, presente e futuro*, CEDIN-ISEG, Doc. Trabalho, nº 5/94.
- ROMÃO, A. (2003); *Cronologia do processo de integração europeia*, CEDIN-ISEG, Doc. Trabalho nº 1/03.
- SCHELKLE, W. (2002); “Disciplining Device or Insurance Arrangement? Two Approaches to the Political Economy of EMU Policy Coordination”, comunicação ao Seminário *Democracia e Governança na UE*, Universidade Católica, Lisboa, 18/10/2002.
- TORRES, F. (2002); “Democracy and Governance in the EU: The Examples of EMU and the Role of the European Parliament”, comunicação ao Seminário *Democracia e Governança na UE*, Universidade Católica, Lisboa, 18/10/2002.